



## Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento

*Memory and change in representations of Penha: searching for its knowledge*

Andréa de Oliveira Tourinho\* e Barbara Belorte\*

### Resumo

Este artigo é resultado de pesquisa recente realizada sobre o bairro da Penha, entre os anos de 2015 e 2016, cujo objetivo foi o de compreender a relação entre suas transformações e permanências urbanas. Este bairro abrange o centro do distrito da Penha e seu entorno, na região leste de São Paulo, e apresenta reconhecida importância histórica, que se manifesta na presença de elementos urbanos constituidores de sua identidade que permaneceram ao longo do tempo. Apesar de suas permanências, o bairro continua sujeito a mudanças significativas, devido às transformações que ali ocorrem e à legislação urbana, recentemente aprovada, que prevê o seu adensamento. A partir da retomada do conceito de patrimônio ambiental urbano, a pesquisa construiu ferramentas relacionadas às novas tecnologias da informação para identificar as representações referentes à memória social e à percepção dos processos de mudança na Penha. Buscou-se, assim, estabelecer novos procedimentos para conhecer as representações sociais sobre o bairro.

**Palavras-chave:** Patrimônio Ambiental Urbano. Representação social. Preservação. Política urbana.

### Abstract

This article is the result of recent research on the Penha neighborhood, between the years 2015 and 2016, with the purpose to understand the relationship between its transformations and urban continuities. This neighborhood, located at São Paulo's east region, comprises the center of Penha itself and its surroundings and presents a recognized historical significance, which manifests through the presence of urban constitutive elements of its identity that have remained over time. Despite its permanence, the neighborhood remains subject to significant changes due to transformations occurring there and urban legislation recently approved, which provides forth its densification. Since the resumption of the concept of urban environmental heritage, research has built tools related to new information technologies in order to identify the representations relating to social memory and to the perception of changing processes in Penha. Therefore, we intend to be able to establish new procedures to understand the neighborhood social representations.

**Keywords:** Urban environmental heritage. Social representation. Conservation. Urban policy.

\*\*Doutora pela FAU-USP, Mestre pela Universidad Autónoma de Madri, Arquiteta pela Universidade Mackenzie. Docente do Programa de Pós-Graduação e do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT. Lidera o grupo de pesquisa Patrimônio Cultural e Urbanismo em São Paulo: constitu-

ição, conflitos e perspectivas.

\*\*Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Aluna de Iniciação Científica sob orientação de Andréa de Oliveira Tourinho na USJT. Membro do grupo de pesquisa Patrimônio Cultural e Urbanismo: discursos e práticas.

## Introdução

O centro do distrito da Penha, na região leste de São Paulo, possui reconhecida importância histórica devido ao fato de se constituir como o núcleo original da ocupação daquela região e, posteriormente, de um dos bairros de consolidação mais antiga da cidade, que ali se formaria, no alto da colina. Contudo, e apesar de suas permanências urbanas, ou seja, da presença de elementos constituidores de sua identidade que permaneceram no tempo, o bairro continua sujeito a mudanças significativas, devido aos processos de verticalização que ali ocorrem nas últimas décadas, bem como às transformações decorrentes de mudanças de usos e questões viárias, com consequentes áreas congestionadas e poluídas. Essas mudanças podem ser ainda agravadas se considerarmos a legislação urbana recentemente aprovada para a área do centro histórico da Penha e seu entorno imediato. O atual Plano Diretor da Cidade de São Paulo (2014) definiu Eixos de Estruturação Urbana (EEU) e Zonas de Estruturação Urbana (ZEU) que permitem

coeficientes de aproveitamento mais altos ao longo de vias de transporte rápido. Estas zonas podem implicar transformações importantes para o bairro, ao longo dos Eixos que cortam a área.

Fica assim instaurado o conflito entre as transformações e permanências urbanas, pois as primeiras podem vir a impactar os elementos que permaneceram ao longo do tempo - descaracterizando-os ou destruindo-os -, enquanto estes tentam resistir às mudanças. O conflito entre transformações e permanências envolve interesses de distintos grupos sociais, bem como enfoques de diferentes áreas da política pública. Da atuação marcadamente setorializada do poder público municipal decorre, em geral, a dissociação entre as políticas municipais de planejamento urbano e as de preservação.

Este artigo é resultado de pesquisa realizada sobre a Penha, entre os anos de 2015 e 2016, cujo

objetivo foi o de compreender a relação entre transformações e permanências no bairro, identificar os seus agentes, bem como buscar formas de conhecer as representações sociais sobre o bairro. Estas últimas são entendidas como a percepção de moradores e frequentadores do lugar acerca dos elementos que lhe conferem identidade ou daqueles que implicam mudanças.

A ideia - mais do que isto, uma premissa necessária - de se trabalhar com as representações sociais tem como fundamento o conceito de patrimônio ambiental urbano tal como foi defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses (1978) e, para tanto, o trabalho construiu ferramentas de pesquisa para a aferição de representações sobre a Penha, tendo se utilizado de rede social (Facebook), como se detalhará adiante.

Ressalte-se que o mais importante da pesquisa proposta não são os seus resultados, mas, sim, a própria tentativa de se buscar novos procedimentos, por meio de ferramentas relacionadas às novas tecnologias da informação, para se trabalhar com o patrimônio cultural, de uma forma ampla.

### **A Penha: histórico e atualidade**

Embora seja difícil trabalhar com a categoria do bairro, pela dificuldade de uma demarcação físico-espacial precisa - pois a unidade administrativa oficialmente usada, na cidade de São Paulo, é a do distrito -, defendemos a sua utilização.

Entendemos, assim como a tradicional Geografia Urbana (Maximilien Sorre e Jean Tricart, por exemplo) e arquitetos como Aldo Rossi - também com base na tradição geográfica - que o bairro é uma unidade morfológica e estrutural individualizada, identificada por uma paisagem urbana, um conteúdo social e determinadas funções, além de estar ligado a um sentimento coletivo de pertencimento.

Sem nos preocuparmos com uma delimitação precisa, podemos afirmar que o núcleo mais denso e dinâmico, que identifica a Penha como bairro, concentra-se no seu chamado centro histórico - que corresponde ao perímetro em processo de tombamento pelo órgão municipal de preservação - e seu entorno, como veremos adiante.

O bairro da Penha tem sua atual estrutura urbana organizada a partir de seu traçado inicial e reflete as relações socioeconômicas que se estabeleceram na região ao longo dos anos. Essa estrutura constitui-se de elementos que sobreviveram no tempo a partir de valores atribuídos pela sociedade - e que foram sendo ressignificados em diferentes períodos -, constituindo o seu patrimônio ambiental urbano e dando ao lugar identidade própria.

Um dos bairros mais antigos da cidade - tendo sido antes Paróquia e Freguesia -, conformou-se em volta de uma pequena igreja, concluída em 1667, que por muito tempo conduziu as atividades econômicas e sociais da região até o início do século XIX. Situada em local estratégico no cami-

nho entre São Paulo e Rio de Janeiro - e também Minas Gerais -, a colina da Penha era ponto de parada dos viajantes coloniais e posteriormente dos visitantes da igreja de Nossa Senhora da Penha de França, fatos que contribuíram para o seu futuro desenvolvimento comercial.

Com a industrialização e o surgimento das ferrovias, no final do século XIX, facilitou-se o acesso aos terrenos a leste da cidade que passou a ser caracterizada pela ocupação operária e imigrante. A vida urbana intensificou-se na área. Neste contexto, a Penha foi marcada pela transição do rural para o urbano, e as dinâmicas sociais foram sendo modificadas.

Aos poucos, o subúrbio foi se transformando em bairro e incorporando-se à cidade, funcionando como ponto importante de passagem entre áreas periféricas da zona leste e o centro, uma vez que boa parte do transporte público coletivo concentrava-se no bairro e escoava para outras áreas.

Na segunda metade do século XX configura-se uma outra realidade, que já começa a se delinear no impacto causado pela chegada de judeus e nordestinos, na década de 1950, e os conflitos com os moradores mais antigos (JESUS, 2006).

Também a partir desses anos, serviços bancários, grandes lojas, escritórios, escolas e restaurantes tornaram-se cada vez mais comuns, suprimindo a necessidade de viagens ao centro de boa parte

de moradores de áreas próximas da Penha, bem como de seus próprios residentes, tornando-se um lugar com relativa autonomia funcional. A intensificação do comércio vai conformando o subcentro penhense.

Desde então, muitas edificações históricas relevantes, tais como a mansão Rodovalho, o Liceu Santo Afonso e o Colégio Ateneu Rui Barbosa, foram demolidas, e cinemas, como o Cine Penha e o Penharama, deram lugar a novos usos.

Por outro lado, várias outras construções permaneceram, como o largo e a Igreja do Rosário, o Santuário da Penha (Figura 1) - que, apesar das inúmeras reformas, é o portal de entrada do bairro -, a Escola Santos Dumont, o colégio São Vicente de Paulo, a praça Michaela Rodrigues, e, ainda, padrões tradicionais de fachadas encontrados, até hoje, em meio ao comércio e serviços. Edificações importantes também passaram a fazer parte do conjunto penhense, como o antigo Seminário da Penha, construído na década de 1950, e a Basílica da Penha, inaugurada em 1968. O bairro, ao longo dos anos, ganhou um shopping center, um Centro Cultural e, mais recentemente, próximo à região, uma área de lazer, o Parque Linear do Tiquatira.

A Penha ganhou seu primeiro edifício residencial em 1967, mas a intensificação da verticalização tem ocorrido apenas nas últimas décadas. Atual-



Figura 1. Santuário de Nossa Senhora da Penha, uma das edificações mais antiga do bairro, presente na paisagem desde 1668. Fonte: Acervo dos autores.

1. Esta Resolução de Abertura de Processo de Tombamento refere-se às áreas indicadas, na Lei municipal nº 13.885/2004, como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (PRES), como o caso do centro histórico da Penha, indicado como ZE-

PEC no PRES Penha.

2. Esse conjunto de instrumentos é, atualmente, discutido e elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), devendo ser aprovados pela Câmara Municipal de São Paulo e sancionados pelo Prefeito.

mente, a colina do bairro, que chama atenção de pontos distantes, disputa a paisagem com novas construções mais verticalizadas.

Em meio a tantas transformações, o bairro possui três edificações consideradas patrimônio, estando tombadas nos níveis municipal e estadual – a Escola Santos Dumont, a Escola Nossa Senhora da Penha e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos –, além de seu centro histórico estar provisoriamente protegido, incidindo sobre ele abertura de processo municipal de tombamento (Resolução nº 26/CONPRESP/2004)<sup>1</sup>, que se encontra em andamento há 10 anos, e cujo perímetro é objeto de nosso

estudo (Figura 2). A decisão pelo tombamento só se efetivará após decisão definitiva do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) sobre os estudos em desenvolvimento pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

### Políticas públicas de transformação urbana no centro histórico da Penha

A legislação é um instrumento poderoso de organização das cidades, cabendo ao poder público municipal a construção de uma normativa capaz de interligar diferentes políticas setoriais em favor do bem comum. Neste sentido, é necessário determinar estratégias que viabilizem no espaço do município o controle da função social da propriedade e da cidade, a implantação da infraestrutura necessária ao crescimento urbano, a regulamentação do uso do solo, a equação as questões ambientais, bem como a preservação do patrimônio cultural.

Os principais instrumentos de ordenamento do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo são, atualmente, o Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado em 2014, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) - mais conhecida como Lei de Zoneamento -, aprovada em 2016, e os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (PRES), de 2004, que se encontram em processo de revisão<sup>2</sup>.



Figura 2. Perímetro em processo de tombamento municipal.  
Fonte: Elaborado pelos autores com base no Google Earth.

Em 2004, a elaboração e aprovação da LPUOS e dos PRES foram realizadas no mesmo momento, o que não ocorreu no recente processo de revisão destas normativas, pois a Lei de Zoneamento foi aprovada em 2015 e os PRES ainda estão em processo de revisão. Neste sentido, as diretrizes e disposições da Lei de Zoneamento irão incidir, posteriormente, nas escalas locais dos PRES. Como consequência, as diretrizes gerais de ordenamento urbano terão um grande impacto nas realidades locais - com suas condições particulares de desenvolvimento -, sem que estas tenham sido consideradas no momento oportuno. Isto se deve ao fato de que os distritos que integram as Subprefeituras

só foram objeto de estudo específico após a entrada em vigor do novo zoneamento.

Este descompasso fica evidente quando analisamos as políticas urbanas mais recentes que incidem sobre o centro histórico da Penha e seu entorno imediato.

Vale lembrar, inicialmente, que um dos instrumentos importantes de preservação do patrimônio em vigência atualmente na cidade de São Paulo, constituído pela Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), foi instituído no PDE de 2002. Foram demarcadas zonas deste tipo nos PRES de 2004, ou seja, no âmbito da política urbana do município e não da política cultural, ainda que as indicações dos PRES só possam ser definitivamente protegidas como ZEPEC se forem tombadas por algum dos órgãos de preservação atuantes em São Paulo.

Contudo, o distanciamento entre a atuação dos órgãos de planejamento e de preservação dificulta ações efetivas no enfrentamento da relação entre transformações e permanência urbanas:

As mudanças necessárias à adaptação das ações públicas de proteção ao patrimônio cultural aos tempos em que vivemos, de transformações radicais dos parâmetros de vida em sociedade, impõe, ainda, a redefinição das relações entre os órgãos responsáveis pela preservação e aqueles com os quais mantêm inter-

**CENTRO HISTÓRICO DA PENHA - ZONEAMENTO 2016**



Figura 3. Zoneamento no bairro da Penha, 2016. Fonte: Elaborado pelos autores com base no GEOSAMPA.

faces, como, por exemplo, o de planejamento urbano (RODRIGUES, 2009, p. 03)

O referido enfrentamento adquiriu novas dimensões devido à introdução, pelo PDE de 2014 e o Zoneamento de 2016, da Zona de Estruturação Urbana Prevista (ZEUP) no entorno imediato do outeiro da Penha (Figura 3), com o objetivo de promover ali o aumento das densidades demográficas e construtivas. Estas zonas são destinadas a usos residenciais e não residenciais, em que se permitirão parâmetros urbanísticos como coeficiente de aproveitamento máximo igual a 4 e gabarito sem limite ao longo de vias de transporte público coletivas previstas (Eixo de Eixos de Estruturação Urbana - EEU), após as devidas autorizações para sua implantação.

Conforme fica evidente, a ZEUP da nova Lei de Zoneamento se sobrepõe à ZEPEC indicada nos PRES da Penha, de 2004, e terá impacto sobre a paisagem da colina da Penha, acentuando os processos de transformação que ali ocorrem nas últimas décadas.

Verifica-se, também, que está prevista, em parte significativa do centro histórico da Penha, em processo de tombamento, uma Zona de Interesse Social 3 (ZEIS 3) – zonas destinadas à construção de habitação de interesse social em terrenos e edificações subutilizados. Paradoxalmente, esta zona está prevista para quadra com comércio consolidado em frente ao Largo do Rosário, que não corres-

ponde ao caráter de área subutilizada. Desta forma, a política urbana proposta não se relaciona com a atual dinâmica local do lugar em que incide.

No âmbito da mobilidade urbana, o Plano de Expansão dos Transportes Metropolitanos (2007/10) propõe a construção de uma nova estação de metrô prevista para 2020 – atualmente suspensa – no entorno imediato do centro histórico da Penha, na praça Micaela Vieira, que impactará diretamente a área com a desapropriação de diversas unidades residenciais.

Ficam evidentes, nesse panorama, dois tipos de problemas: um relacionado à falta de interação entre políticas globais para a cidade e o conhecimento local dos lugares em que incidem, e outro relacionado ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais que não dialogam entre si.

As estratégias de regulamentação urbana no bairro da Penha não parecem ter considerado a importância atribuída ao seu valor cultural. As mudanças urbanas devem ocorrer, mas deve haver compatibilização entre as escalas do global e do local, bem como entre os distintos setores da administração pública na elaboração de suas políticas. É preciso direcionar o desenvolvimento local com equilíbrio entre as transformações e permanências urbanas, considerando, ainda, que o patrimônio cultural do bairro tem como suporte as relações e práticas sociais existentes no lugar.

### **Permanências urbanas e patrimônio cultural no bairro da Penha**

Se até a primeira metade do século XX a cidade de São Paulo era mais compartimentada, com áreas urbanizadas entremeadas de vazios, com o tempo passaram a se estabelecer conexões entre as áreas, conferindo unidade ao território. As dinâmicas se transformaram. A demanda por habitação e infraestrutura, devido ao crescimento da cidade, priorizaram práticas cada vez menos voltadas para seus bens culturais.

Espaços, construções e costumes foram adicionados, excluídos, reinventados e mantidos. Alguns sobreviveram e conformaram referências culturais. Tais referências portam consigo a memória e a formação de identidades coletivas. No campo do patrimônio material, são construções ou lugares que expressam a historicidade, aos quais atribuímos valores culturais - sejam estes históricos, artísticos, arquitetônicos, ambientais e/ou afetivos.

Atualmente, o sentido de patrimônio está cada vez mais relacionado aos significados atribuídos por distintos grupos sociais, refletindo-se na Constituição de 1988, que amplia a definição de patrimônio cultural brasileiro para os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216), conforme bem expressa Rodrigues (2009, p. 2):

(...) o sentido da proteção aos bens culturais se encontra deslocado da Nação para a sociedade, e ganhou amplas possibilidades como referência cultural e política. A proteção do poder público, antes, abrangendo os bens que se entendia comporem uma categoria uníssona e imaginária, a identidade nacional, hoje os vê como parte da memória da sociedade, isto é, como parte de referências pretéritas que integram a construção do presente.

A identidade, portanto, pode ser transmitida pela memória social que, por sua vez, se manifesta por meio de bens materiais, saberes e fazeres, e o patrimônio é o testemunho daquilo que existiu e continua tendo sentido para distintos grupos sociais.

É exatamente para dar o sentido ao presente que os grupos sociais conferem novos valores aos seus bens. Fonseca (2000, p.14) afirma que:

Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

Os lugares com os quais as pessoas se identificam manifestam, assim, valores afetivos. Contudo, a produção cotidiana do espaço urbano envolve outros interesses, como os econômicos relacionados ao capital imobiliário, que não



consideraram os objetos e valores relacionados à memória social. Desta forma, unir ações de preservação do patrimônio às de desenvolvimento urbano é fundamental e constitui um grande desafio da política pública municipal.

Nesta direção, uma experiência inovadora na década de 1970 ocorreu em São Paulo, quando o conceito de patrimônio ambiental urbano começou a ser desenvolvido no âmbito da política de desenvolvimento da cidade, pela antiga Coordenadoria Geral de Planejamento, conjuntamente como a política de preservação cultural para a identificação dos bens culturais da Região Metropolitana de São Paulo. Participaram desse processo a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e o órgão de preservação do Estado, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), criado em 1968.

O referido trabalho estava em consonância com o panorama internacional, pós Carta de Veneza (1964), que chamou a atenção para a necessidade de se pensar os bens culturais em seu conjunto, superando a noção de valor excepcional em detrimento do valor comum, cotidiano, das obras portadoras de referência cultural.

Desta experiência, resultou uma listagem de bens culturais, considerados não isoladamente, mas como manchas urbanas, que foram identificados para preservação e protegidos sob a forma de

zoneamento especial (as chamadas Z8-200) na legislação urbana, tendo sido, posteriormente, objetos de processo de abertura de tombamento pelo CONPRESP.

Ainda que essas ações tenham sido importantes para a identificação do patrimônio, não se mostraram suficientes para a conservação efetiva de bens protegidos por legislação.

Como consequência, nos últimos anos, tem crescido a defesa da necessidade da ampliação da participação social na preservação do patrimônio.

Considerando estas questões, defendemos a retomada do conceito de patrimônio ambiental urbano tal como foi definido por Ulpiano Bezerra de Meneses, quando participou, em 1978, das discussões sobre esta noção no desenvolvimento do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano. Meneses (1978, p. 45) definiu-o, então, como “um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano”. Ainda segundo o historiador:

É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento. (...) Ter consciência histórica não é informar-se sobre coisas acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo contínuo de formação. (MENESES, 1978, p. 46)

O conceito de patrimônio ambiental urbano, de acordo com Rodrigues (2000, p. 63), “procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente”. Mais do que isto, para Meneses (1978), o patrimônio ambiental urbano manifesta-se, também, nas representações coletivas construídas no tempo que expressam os processos de formação social, cultural e afetiva de um lugar:

Estamos acostumados a olhar o patrimônio como algo estático, parado ou imóvel, que representa o passado. No entanto, ao nos depararmos com as imagens, edificações e festas comemorativas, observamos e refletimos sobre os possíveis significados, as temporalidades, memórias e relações humanas que existiram e as que ainda possam existir. (Barbosa, 2011, p. 12)

A afirmação de Edson Azevedo Barbosa, diretor de Projetos do Movimento Cultural Penha sobre o patrimônio da Penha, revela justamente a percepção de que as permanências estão longe de serem fragmentos congelados que apenas representam um passado remoto. O patrimônio ambiental urbano pressupõe um processo de ação contínua em que o passado é parte integrante do presente.

O patrimônio cultural do bairro está, também, intimamente vinculado às suas festas e tradições religiosas e suas principais referências se agrupam

ao longo das três igrejas localizadas no outeiro penhense: Igreja Nossa Senhora da Penha, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura 4) – as principais e mais antigas, sendo a segunda tombada pelo CONDEPHAAT – e a Basílica da Penha que, apesar de ser relativamente recente, faz parte da paisagem e dinâmica do bairro.



Figura 4. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos localizada na Penha, 2016. Fonte: Acervo dos autores.

Outros monumentos tradicionais também fazem parte de sua paisagem, como o Seminário da Penha (ligado aos padres redentoristas), o Colégio



Figura 5. Colina penhense destacando a Basílica da Penha e sua área envoltória, 2009. Fonte: Acervo Memorial da Penha de França.

São Vicente de Paulo e a Escola Santos Dumont - esta última tombada em esfera municipal. Alguns edifícios mais recentes acabaram se tornando marcos no bairro, como o Centro Cultural, o Shopping Penha e o Mercado Municipal da Penha. Além das edificações, o traçado que conforma o tecido urbano do bairro revela-se como referência para os moradores e frequentadores da região - seja pela ladeira da Penha (situada no antigo ramal da Penha), onde haviam edificações importantes no bairro, seja pela praça 8 de Setembro, Avenida Penha de França e Rua Doutor João Ribeiro, principais ruas comerciais e que conectam o bairro à cidade.

As permanências que compõem o núcleo histórico da Penha, e que hoje constituem o patrimônio ambiental urbano do bairro, foram sendo construídas ao longo do tempo. Algumas edificações - mesmo que transformadas - estão presentes desde sua fundação, como a Igreja Nossa Senhora da Penha, que norteou as atividades do bairro por muito tempo. A resistência da cultura negra pode ser observada com a permanência da Igreja do Rosário e suas festividades presentes até os dias de hoje. A chegada da ferrovia e expansão da cidade, marcando as novas dinâmicas urbanas, por um lado perpetuaram o traçado penhense e, por outro, transformaram o espaço. Antes caminho dos viajantes bandeirantes, depois dos bondes, dos ônibus e atualmente dos micro-ônibus.

Essas imagens traduzem as várias fases da cidade de São Paulo e conferem identidade aos resi-

dentos locais, que deve ser preservada frente às novas dinâmicas urbanas.

José Francisco Folco, curador do Memorial Penha de França, na entrevista realizada para a pesquisa objeto deste artigo, enfatizou que o bairro, em termos de paisagem, conseguiu resistir à verticalização desenfreada, o que não aconteceu no Tatuapé e na Mooca, e que o penhense não foi expulso da região, como ocorreu com seus moradores tradicionais dos bairros vizinhos. Morador muito provinciano, o penhense gosta de preservar a configuração antiga de seu outeiro (Figura 5). Folco lembra que umas das ruas mais antigas de São Paulo está na Penha, a rua Doutor João Ribeiro, e evidencia que o estilo de vida do penhense é tão peculiar quanto sua memória. Este morador, ainda segundo Folco, está acostumado a resolver suas necessidades diárias a pé, uma vez que a Penha é bem provida de serviços e tudo se localiza em um raio próximo de distância. Não há a necessidade de carro e “felizmente ninguém rasgou a Penha com avenidas”, pelo menos não em sua área central.

A ideia de um morador penhense ou de um estilo de vida ligado ao bairro mostra a existência de um “espírito do lugar”, como sendo a representação da essência de vida, social e espiritual de um lugar, no sentido definido na Declaração de Quebec, de 2008, do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS).

Para o ICOMOS, o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis e intangíveis relevantes

para formar o lugar e lhe conferir um espírito. O referido documento defende que os aspectos imateriais são essenciais para dar maior riqueza e complexidade ao patrimônio como um todo, sendo a relação entre materialidade e imaterialidade imprescindível para sua definição e preservação.

Esse conceito de espírito do lugar nos parece, tal como definido, uma noção fundamental para a identificação do patrimônio ambiental urbano, considerado como o conjunto de elementos comuns, cotidianos, relacionados à memória social para um determinado grupo.

É justamente neste sentido que defendemos a retomada da noção de patrimônio ambiental urbano tal como foi definida por Meneses na década de 1970, em que o autor prioriza a representação social, urbana, sobre o lugar. Ou seja, para a definição do patrimônio ambiental urbano é necessário identificar, conhecer o que os lugares, edifícios, objetos, saberes e tradições representam para o morador, frequentador ou usuário do lugar.

A pesquisa realizada na Penha propôs justamente a busca de ferramentas para este conhecimento, utilizando-se, para tanto, de entrevistas por meio de questionários qualitativos via rede social, como se verá mais adiante, para identificar a percepção sobre as transformações e permanências urbanas no bairro.

Também foram realizadas entrevistas presenciais que tiveram como objetivo identificar grupos

sociais atuantes no bairro, principalmente com membros de grupos vinculados a questões culturais - entre estas, as de preservação do patrimônio -, que em comum têm a preocupação com a valorização da história do bairro. Esses grupos têm tido um papel importante na preservação do patrimônio devido à apropriação social que fazem do mesmo. Também foram entrevistados técnicos vinculados ao planejamento urbano, tanto da Subprefeitura da Penha como da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

#### **Apropriação social do patrimônio: grupos sociais e a valorização da história do bairro**

Existem na Penha grupos que se preocupam com as questões de difusão da preservação e memória do bairro. Entre esses, fazem parte o Memorial Penha de França e o Movimento Cultural da Penha. Vale destacar ainda a atuação da Comissão do Largo do Rosário, do grupo Ururay (interessado pela preservação do patrimônio cultural mais amplo da região Leste) e, por fim, do Centro Cultural da Penha, importante local onde essas discussões ganham força em formas de palestras, painéis, exposições, mostra de filmes e apresentações em geral.

O Memorial Penha de França, fundado em 2004, situa-se em uma antiga casa da família do seu curador, Folco, historiador e artista plástico, que passou anos restaurando fotos doadas por antigos moradores e de acervos, como os do Santuário da

Penha e do memorialista Hedemir Linguitte. A partir do tratamento desses documentos, fotos, vídeos, livros e relatos, foi criado um acervo digital que pode ser disponibilizado sem nenhum custo para os interessados. Periodicamente são realizadas exposições com as imagens da histórica Penha, que geralmente ocorrem no Centro Cultural da Penha.

Muitas atividades que estimulam a preservação, bem como a apropriação do espaço público penhense acontecem sob a articulação do Movimento Cultural da Penha. Um de seus principais projetos, o “Recado aos Nossos Ancestrais”, realizado em conjunto com a Comissão do Largo do Rosário, propõe a apropriação desse Largo para a apresentação de rodas de samba no primeiro sábado do mês e missas afro-brasileiras no último domingo do mês, além da tradicional festa de junho, atraindo não só moradores, mas também visitantes de bairros vizinhos.

Com o falecimento do memorialista penhense Hedemir Linguitte em 2005, sua família doou ao Movimento Cultural da Penha seu grande acervo contendo documentos fundamentais de estudo da história do bairro. O acervo foi laureado em 2011 com o Prêmio Pontos de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura. Isso incentivou a ideia de criação de um Centro de Pesquisa no bairro da Penha, que ainda não se concretizou. O acervo pode ser consultado por qualquer interessado mediante agendamento. O grupo está sempre inovando e reinventando ativi-

dades ligadas à pesquisa e divulgação da cultura e memória local, dentre estas ações de educação patrimonial nas escolas do bairro.

Outro grupo atuante no bairro é o Movimento Cultural da Penha, que já produziu dois livros de divulgação da cultura e patrimônio do bairro e da zona leste. São eles: *Movimentações pela Cultura: um painel dos movimentos culturais da região leste de São Paulo (1980/1990)* e *Recados: Memórias das Relações entre a Comunidade e o Patrimônio (2011)*. Este último teve a participação de Carlos José Ferreira, autor de *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915) (1988)*, importante referência bibliográfica para história da cultura negra no Brasil.

Os coordenadores desse grupo são o geógrafo Júlio Cesar Marcolino e a historiadora Patrícia Freire, com participação de outros membros não fixos. O grupo tem projetos com foco na cultura e memória do bairro, e seus coordenadores ressaltaram, na entrevista realizada, que a Penha possui um potencial enorme para apropriação de seus espaços por diversos grupos sociais, tendo, por exemplo, um centro cultural público voltado para o Largo do Rosário. No passado, o bairro possuía muitos cinemas, inclusive de ruas, e muitos eram os usuários, não se restringindo aos seus moradores. Seus coordenadores defendem que as ações culturais poderiam ser potencializadas se os grupos atuantes no bairro conjugassem seus esforços, inclusive os comerciantes, que pode-

riam melhorar o visual de suas fachadas visando à valorização do patrimônio da Penha. Marcolino afirmou, por exemplo, que não há diálogo entre o Centro Cultural da Penha, os grupos do Largo do Rosário, o Colégio São Vicente de Paulo e o Colégio Santos Dumont, todos situados muito próximos e sem aproveitamento das possibilidades de articulação que poderia existir entre eles.

O Movimento Cultural da Penha também faz parceria com um grupo que trabalha com ações de preservação mais amplas abrangendo o conjunto da zona leste de São Paulo. As principais ações desse grupo são roteiros guiados que abarcam bairros como São Miguel Paulista, Ermelino Marrazzo, Penha e Belenzinho.

Todos esses grupos sociais criam estratégias de disseminação e valorização do patrimônio. As festas intensificam o seu poder de atrair visitantes e o Centro Cultural, depois de sua última reforma, contribui nesse processo.

Por outro lado, existem grupos mais voltados à promoção da valorização do bairro no sentido econômico, como é o caso da Associação Comercial – Distrital Penha e a Associação Viva Penha. Tais grupos acreditam ser o tombamento um instrumento que implica dificuldades para a melhora das vias e fachadas, por depender de autorização do órgão de preservação. Apesar disso, a Associação Comercial contribuiu e foi a favor do tombamento de edifícios isolados, como a Escola Nossa Senhora

da Penha, tendo feito, ainda, parcerias com o Memorial Penha de França para incentivar a melhoria das fachadas dos comércios locais.

A referida Associação existe desde 1894, fundada por Antonio Proost Rodovalho, importante figura ligada ao desenvolvimento do bairro e principal articulador para a criação do antigo ramal ferroviário da Penha. Sediada à Avenida Gabriela Mistral, tem por objetivo propor soluções para os problemas referentes à economia da região, bem como assessorar seus comerciantes. O seu coordenador, o engenheiro Manuel Fernandez Calvino, afirma que, apesar de existirem associações que tentam discutir os interesses locais, pouco delas contribuem efetivamente.

### **Representação e rede social: novos caminhos para a preservação**

Em geral, a participação social nos processos de preservação do patrimônio pelo poder público tem se limitado à possibilidade de solicitação de proteção de bens culturais. Ou seja, qualquer pessoa pode pedir o tombamento de um bem material ou o registro de um bem imaterial nos órgãos de preservação.

Contudo, a preservação do patrimônio poderia beneficiar-se da ampliação de formas de participação social e seu aproveitamento mais efetivo no reconhecimento de valores culturais, sejam eles ligados a edifícios, lugares, saberes ou tradições.

Uma perspectiva importante, nesta direção, vem se abrindo com o avanço das tecnologias dos meios de comunicação que criam estratégias acessíveis para uma participação mais ampla. A Declaração de Québec (2008), que defende uma série de ações definidas pelo ICOMOS no início da década de 2000 para proteger e promover o “*Spiritu loci*”, explicita tal perspectiva:

Considerando que modernas tecnologias digitais (bancos de dados, websites) podem ser usadas eficaz e efetivamente a um custo muito baixo para desenvolver inventários multimídia que integrem elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio, nós incisivamente recomendamos seu amplo uso para melhor preservar, disseminar e promover os sítios do patrimônio e seu espírito. Estas tecnologias facilitam a diversidade e renovação constante da documentação sobre o espírito do lugar.

O espírito do lugar, por envolver a relação entre os elementos materiais e imateriais, e “ser construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido” (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 2008), é essencialmente dinâmico, diversificado e guarda relação com um mundo caracterizado pelo movimento:

Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos

sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos. Esta abordagem mais dinâmica se adapta melhor ao mundo globalizado atual, caracterizado por movimentos transnacionais da população, relocação populacional, contatos interculturais crescentes, sociedades pluralísticas e múltiplas ligações ao lugar.

Desta forma, a Declaração de Quebec defende que a difusão do espírito do lugar, de forma participativa e interativa, é fundamental para sua preservação, em um mundo sujeito a processos rápidos e contínuos de mudanças:

Reconhecendo que o espírito do lugar é essencialmente transmitido por pessoas e que a transmissão é parte importante de sua conservação, declaramos que é por meio de comunicação interativa e participação das comunidades envolvidas que o espírito do lugar é preservado e realçado da melhor forma possível. A comunicação é, de fato, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar. (Declaração de Québec, 2008, p. 04)

A internet aumenta o acesso à informação e interação de diferentes grupos sociais. A plataforma Gestão Urbana da prefeitura de São Paulo, por exemplo, foi implantada em 2013 e já utiliza deste recurso nos processos de revisão dos instrumentos legais de política urbana. No entanto, plataformas deste tipo poderiam ser melhor divulgadas e aperfeiçoadas em redes sociais.



Figura 6. “Penha de França, Transformações e Permanências”, página criada pelos autores na internet. Fonte: Facebook.

Figura 7. Página de preenchimento do questionário. Fonte: Elaborado pelos autores com base na ferramenta de pesquisa on-line Survio.

Usar a internet como recurso de participação social nas políticas de preservação pode ser um instrumento importante na ampliação do conhecimento sobre a cidade, lugares, edifícios, objetos, saberes e tradições, bem como sobre práticas sociais que sustentam a cultura material. Além disso, o fácil acesso às redes sociais facilita o contato com moradores de uma comunidade ou bairro. Desta forma, viabiliza-se a percepção da própria sociedade sobre o lugar.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem realizado as primeiras iniciativas de inventariação participativa do patrimônio por meio de website. A ideia é que as próprias comunidades possam identificar, selecionar e registrar “as referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais” (IPHAN, 2016), a partir de formulário disponível na internet.

### Memória e identidade na Penha: percepções sobre suas transformações e permanências

As questões acima colocadas reforçam a importância do conhecimento dos elementos que conformam a memória social de um lugar, traduzida nas representações sociais sobre o bairro e que constituem o próprio fundamento do conceito de patrimônio ambiental urbano (MENESES, 1978). Justamente por esse motivo, a pesquisa objeto deste artigo construiu uma ferramenta de identificação dos referidos elementos.

A metodologia fundamentou-se na criação, em outubro de 2015, de uma página na rede social Facebook denominada “Penha de França, Transformações e Permanências” (Figura 6), facilitando a interação com os moradores do bairro.

Por meio da rede, foram feitos pedidos de amizade para os moradores e frequentadores do bairro, que aos poucos foram aceitando os convites. Em seguida, cada amigo da rede social foi convidado - por meio de uma carta enviada como mensagem privada, que explicava o objetivo da pesquisa - a responder ao questionário, sendo, então, direcionados à plataforma de preenchimento (Figura 7).

As questões formuladas no questionário tinham o objetivo de analisar a percepção de quem de fato vive o bairro, sejam moradores locais ou frequentadores vindos de outras regiões. As perguntas se enquadravam em três grupos: o perfil dos entrevistados (relação com o bairro, idade e quanto tempo frequenta o local); a indicação de referências culturais na Penha e o porquê as consideram importantes; percepção das transformações e permanências do bairro, bem como opinião sobre questões urbanas e de preservação.

Essa ferramenta buscou, assim, a partir de questionário qualitativo, conhecer a visão dos próprios moradores e frequentadores do bairro, ou seja, entender os valores culturais em jogo por meio de suas próprias percepções (Figura 8).





Figura 8. A página gerou publicações dos próprios moradores que buscavam discutir questões de preservação do bairro. Fonte: Facebook.

Foram recebidos 102 questionários respondidos, dos quais foram considerados 83 para análise, sendo elaborados gráficos para organizar as respostas e formular considerações gerais.

Inicialmente buscou-se identificar o perfil dos entrevistados a partir da sua faixa etária e sua relação com o bairro - morador, ex-morador ou frequentador. Dos 83 entrevistados, 56 residem no bairro. Dos 27 restantes, 17 são ex-moradores e atuais frequentadores, e os 10 restantes frequentam a Penha.

Com relação à faixa etária, foram 11 entrevistados com até 35 anos de idade; 6 de 36 a 40 anos; 23 entre 41 e 50 anos; 28 de 51 a 60 anos; e, 13 acima de 61 anos. Se pensarmos que 50% dos entrevistados nasceu entre as décadas de 1960 e 1970, quando o bairro começou a ser transformado e novos edifícios foram compondo sua paisagem, e se considerarmos o valor que os entrevistados atribuíram às suas referências culturais, é possível desmitificar a ideia de que o patrimônio cultural de um bairro está associado apenas aos seus moradores mais antigos. Pode-se concluir, portanto, que os valores atribuídos pelos entrevistados não estão apenas vinculados a uma memória saudosista da Penha.

É possível notar, tendo em vista a importância da paisagem do bairro para alguns penhenses, uma preocupação com o descuido que ocorre com as edificações mais antigas que, na percepção do morador ou do frequentador, estão

sendo abandonadas e muitas vezes dão lugar às novas edificações (como ocorreu com o antigo Colégio Ateneu Rui Barbosa), sendo algo que consideram inaceitável.

Quanto aos elementos que caracterizam o bairro, as permanências que conformam o seu ambiente são indicadas como referências para os entrevistados. Isso confirma a apropriação e importância desses bens culturais, bem como a identificação muito marcante com o patrimônio religioso da região: as três principais edificações apontadas possuem cunho religioso - a Basílica da Penha, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto e, em primeiro lugar, a Igreja Nossa Senhora da Penha de França, a qual se destacou, sendo indicada 60 vezes nos questionários.

As justificativas mais comuns para a indicação destas edificações devem-se ao fato de fazerem parte da história do bairro e, portanto, parte integrante da vida de cada morador. Muitos estudaram nas escolas citadas, casaram-se ou assistiram aos casamentos de seus familiares no Santuário, trabalharam ou frequentaram as festas realizadas no Largo do Rosário e visitam os locais até hoje.

Já os marcos mais recentes indicados pelos entrevistados são atribuídos à “chegada da modernização no bairro”, como o Shopping, o Mercado Municipal da Penha e a intensificação do comércio. Além disso, são apontadas como novas áreas

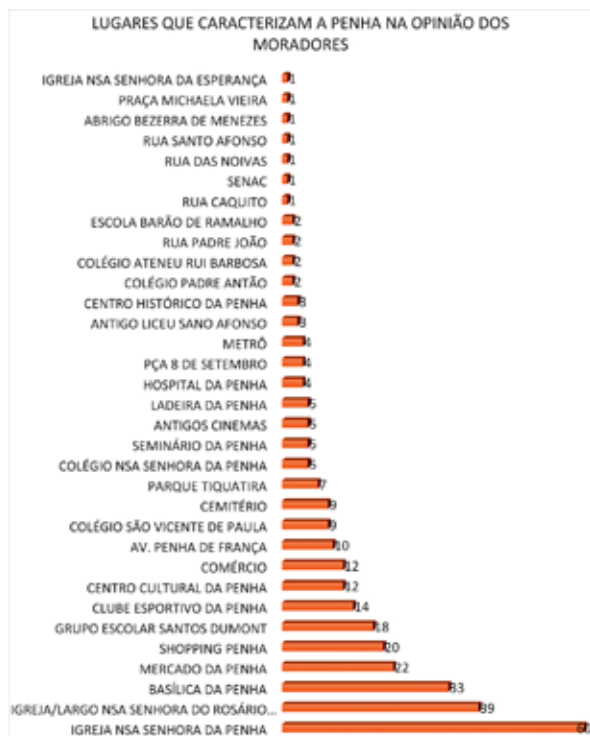


Figura 9. Referências indicadas pelos moradores e frequentadores do bairro nos questionários, 2016. Fonte: Elaborado pelos autores.

as de lazer o Centro Cultural da Penha, seu Teatro Martins Penna e o Parque Linear do Tiquatira – este último distante do centro histórico.

É importante notar que a maior parte dos elementos citados está localizada no núcleo histórico penhense, o que afirma a importância deste lugar. No gráfico a seguir (Figura 9), estão indicados todos os lugares citados nos questionários (cada morador e frequentador listou pelo menos três elementos).

Uma das edificações indicadas, alvo de muita polêmica no bairro, é o antigo Seminário da Penha (Figura 10), localizado ao lado da Basílica, que foi objeto de pedido de demolição pelo proprietário em 2010. Ao mesmo tempo, em razão de contestação apresentada pelo Memorial da Penha, o Seminário foi objeto de estudo para possível abertura de processo de tombamento. O órgão municipal de preservação, o CONPRES, aprovou a demolição e negou o tombamento. A questão, contudo, ainda não foi concluída devido aos questionamentos formulados pelo Ministério Público de São Paulo. Os interessados no terreno do Seminário pretendiam ali erguer duas torres residenciais de 23 andares no local onde se encontra a antiga construção. Atualmente, o edifício que já foi Seminário dos padres redentoristas, sede da Administração Regional da Penha e hospital, encontra-se sem uso, sendo sua área livre utilizada para estacionamento.



Figura 10. Seminário da Penha, edificação com valor afetivo para os moradores da área. Fonte: Acervo dos autores.

Na opinião dos entrevistados, demolir o edifício é um “crime”, uma “afronta”, algo inconcebível para a história e memória do bairro. A maioria dos moradores que preza por sua revitalização é contrária à intervenção do mercado mobiliário neste caso (Figura 11).



Figura 11. Resultados obtidos em relação à demolição do Seminário da Penha, 2016. Fonte: elaborado pelos autores.

Quando questionados a respeito do centro histórico da Penha, nota-se que mais de três quartos dos entrevistados são a favor de seu tombamento (Figura 12), alegando ser imprescindível sua proteção, inclusive para preservar a história do bairro frente às futuras transformações, uma vez que o local já foi muito desconfigurado.



Figura 12. Posição dos entrevistados quanto ao tombamento do centro histórico do bairro. Fonte: Elaborado pelos autores.

Os entrevistados que são contra o tombamento alegam que o desenvolvimento urbano é um processo natural do crescimento das cidades, não fazendo sentido a manutenção de uma antiga conformação histórica.

Quanto aos elementos de transformação do bairro, a exemplo do projeto para a nova estação de metrô, próxima ao centro histórico, muitos se mostram otimistas (Figura 13), alegando que a Penha poderia finalmente ter uma estação de metrô, mesmo que sua proximidade com o centro possa vir a impactar sua conformação espacial.



Figura 13. Porcentagem de moradores/frequentes a favor ou contra a nova estação de metrô. Fonte: Elaborado pelos autores.

A preocupação pela preservação do centro histórico da Penha frente a transformações urbanas propostas pelo poder público municipal - como as Zonas de Estruturação Urbana Prevista, indicadas para o bairro no PDE em vigência -, revela-se na percepção dos entrevistados (Figura 14). Com efeito, boa parte dos residentes e frequentadores alega que essas mudanças podem afetar profundamente o bairro, que não comporta mais adensamento e cuja horizontalidade ainda é uma característica que confere identidade ao seu centro e entorno imediato. Alguns entrevistados afirmam também que essas zonas atendem apenas ao interesse do mercado imobiliário.

Ressalte-se que o mais importante da pesquisa proposta não são os resultados dos questionários, que devem ser avaliados com muita cautela, mas, sim, a própria tentativa de se



Figura 14. Porcentagem de moradores/frequentes a favor ou contra a implantação da ZEUP. Fonte: Elaborado pelos autores.

buscar novos procedimentos, por meio de ferramentas relacionadas às redes sociais. Trata-se, portanto, de uma metodologia que requer estudo e aprofundamento, pois não pretende ser uma abordagem científica de aplicação de questionários, cuja confiabilidade depende de critérios técnicos e precisos em relação às definições quanto ao público alvo, à amostra e seleção dos pesquisados, à formulação e avaliação do questionário, entre outros itens, que demandam utilização de técnicas consagradas de pesquisa estatística.

Importante enfatizar, também, que os websites e as redes sociais permitem a veiculação e divulgação de memórias, narrativas, documentos escritos, que podem contribuir para a identificação dos elementos intangíveis do espírito de um lugar, tal como defende a Declaração de Québec (2008).

### Considerações finais

A forte identidade histórica e cultural do bairro da Penha é claramente perceptível na permanência de elementos urbanos constituidores de sua paisagem e ambiente, bem como no imaginário de seus moradores e frequentadores, mesmo com as dinâmicas transformadoras que ali ocorrem. A existência de um rico conjunto de elementos conformadores do patrimônio do centro histórico penhense é indiscutível, verificando-se, inclusive, uma disputa entre diversos grupos pela sua apropriação.

O novo zoneamento que institui uma zona de transformação em todo o entorno do centro histórico pode vir a contribuir para a consolidação de uma dinâmica desvinculada das relações e preexistências locais. Além disso, nota-se que a articulação entre os órgãos de política urbana e de preservação parece ser insuficiente para o estabelecimento de uma relação equilibrada entre transformações e permanências urbanas na construção da cidade.

Por um lado, o instrumento legal de tombamento, apesar de proteger da destruição algumas edificações e núcleos urbanos, é insuficiente para a preservação efetiva e valorização do patrimônio. Por outro, as práticas urbanísticas são generalistas e generalizantes, contrapondo-se às necessidades de ações mais pontuais, que considerem as especificidades locais.

A procura de novos caminhos para a identificação e valorização do patrimônio é uma necessidade premente do campo da preservação, e o conhecimento das representações sociais sobre o lugar é parte essencial desta busca.

### Referências

BONTEMPI, Silvio. **O bairro da Penha**: Penha de França, Sesmaria de Nossa Senhora. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (Volume 3, coleção História de Bairros).

ICOMOS. International Council of Monuments and Sites. **Declaração de Québec:** Sobre a preservação do “Spiritu loci”. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Québec, 2008. Disponível em: <[http://www.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declaration/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo Iphan. **Portal do IPHAN.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551/nova-ferramenta-de-educacao-patrimonial-e-disponibilizada-pelo-iphan>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Referências Culturais:** Base para novas políticas de patrimônio. Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: IPHAN, 2000, p. 11-21.

JESUS, Edson Penha. **Penha:** de bairro rural a bairro paulistano – Um estudo do processo de configuração do espaço penhense. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LUSTOZA, Regina Esteves. **Patrimônio ambiental urbano:** revendo conceitos. 9º Seminário Docomomo Brasil, 2011. Disponível em: <[docplayer.com.br/16470982-Patrimonio-ambiental-urbano-revendo-conceitos.html](http://docplayer.com.br/16470982-Patrimonio-ambiental-urbano-revendo-conceitos.html)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Memorial Penha de França. **Retratos da Penha,** São Paulo, 2004. Acervo Digital.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marize Campos de; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo (Org.). **Patrimônio:** atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 35-53.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Ambiental Urbano:** do lugar como ao lugar de todos. CJ Arquitetura, nº 19, Patrimônio Cultural de São Paulo. São Paulo: F. C. Editora, 1978.

Movimento Cultural da Penha. **Recados – Memória das relações entre a comunidade e o patrimônio.** São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2011.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado/Condephaat/Fapesp, 2000.

SMDU. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo,** Lei nº16.402, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo,** Lei nº16.050, São Paulo, 2014.

Subprefeitura da Penha. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Penha**, São Paulo, 2004. Lei 13.885, São Paulo, 2004.

SILVA, Elizabeth Florido; TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Patrimônio Ambiental Urbano**: um conceito em busca de suas práticas. Proteção do Patrimônio Cultural na cidade de São Paulo. VII FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS - Agentes Multiplicadores do Patrimônio - 'Patrimônio e Cidades', 2015, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... VII FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS, 2015. v. 1. p. 1-11.

#### Sites consultados

FACEBOOK. Penha de França, Transformações e Permanências. Disponível em: <[https://www.facebook.com/people/Penha-De-Fran%C3%A7a-Transforma%C3%A7%C3%B5es-Perman%C3%Aancias/100010497275726?hc\\_ref=PAGES\\_TIMELINE](https://www.facebook.com/people/Penha-De-Fran%C3%A7a-Transforma%C3%A7%C3%B5es-Perman%C3%Aancias/100010497275726?hc_ref=PAGES_TIMELINE)>. Acesso em: 09 set. 2016.

GEOSAMPA, São Paulo. Disponível em: <[geosampa.prefeitura.sp.gov.br](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br)>. Acesso em: 13 abr. 20

